



**Cultura histórica e Inteligência Artificial.
Professores e ChatGPT na mediação de memórias históricas**

Historical Culture and Artificial Intelligence.
Teachers and ChatGPT in the Mediation of Historical Memories

Cultura histórica e Inteligencia Artificial.
Profesores y ChatGPT en la mediación de memorias históricas

João Augusto Martin Nantes dos Santos
Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4646-441X>
<http://lattes.cnpq.br/2500016627866805>
joaonantess@gmail.com

Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-9709-3834>
<http://lattes.cnpq.br/9389915936393492>
cainelli@uel.br

Resumo

O artigo analisa os impactos da Inteligência Artificial na cultura histórica a partir de narrativas produzidas pelo ChatGPT sobre a exibição do coração de D. Pedro I durante o Bicentenário da Independência do Brasil. As respostas da IA são comparadas às narrativas elaboradas por professores de História da educação básica em pesquisa desenvolvida pelo grupo História e Ensino da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Fundamentado nas reflexões de Jörn Rüsen acerca da cultura e da consciência histórica, bem como nas contribuições de Rodrigo Turin, Joël Candau, José Murilo de Carvalho e Márcia Gonçalves, o estudo discute as dimensões estética, cognitiva e política das narrativas históricas produzidas em ambientes digitais. Conclui-se que a Inteligência Artificial tende a reorganizar e potencializar narrativas históricas já sedimentadas socialmente, aproximando-se daquilo que Turin denomina “história como serviço”.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Cultura Histórica; Narrativas Históricas de Professores.

Abstract

The article analyzes the impacts of Artificial Intelligence on historical culture through narratives produced by ChatGPT about the exhibition of Dom Pedro I's heart during the Bicentennial of Brazil's Independence. The AI-generated responses are compared with narratives elaborated by History teachers from basic education in a study conducted by the History and History Teaching research group at the State University of Londrina (UEL). Based on Jörn Rüsen's reflections on historical culture and historical consciousness, as well as the contributions of Rodrigo Turin, Joël Candau, José Murilo de Carvalho, and Márcia Gonçalves, the study discusses the aesthetic, cognitive, and political dimensions of historical narratives produced in digital environments. The article concludes that Artificial Intelligence tends to reorganize and reinforce historically sedimented narratives, approaching what Turin defines as "history as a service."

Keywords: Artificial Intelligence; Historical Culture; Teachers' Historical Narratives.

Resumen

El artículo analiza los impactos de la Inteligencia Artificial en la cultura histórica a partir de narrativas producidas por ChatGPT sobre la exhibición del corazón de D. Pedro I durante el Bicentenario de la Independencia de Brasil. Las respuestas generadas por la IA se comparan con las narrativas elaboradas por profesores de Historia de la educación básica en una investigación desarrollada por el grupo Historia y Enseñanza de la Historia de la Universidad Estatal de Londrina (UEL). Basado en las reflexiones de Jörn Rüsen sobre la cultura y la conciencia histórica, así como en las contribuciones de Rodrigo Turin, Joël Candau, José Murilo de Carvalho y Márcia Gonçalves, el estudio discute las dimensiones estética, cognitiva y política de las narrativas históricas producidas en entornos digitales. Se concluye que la Inteligencia Artificial tiende a reorganizar y potenciar narrativas históricas ya sedimentadas socialmente, aproximándose a lo que Turin denomina "historia como servicio".

Palabras clave: Inteligencia Artificial; Cultura Histórica; Narrativas Históricas de los Profesores.

Recebido: 26/10/2025

Aprovado: 15/03/2026

Introdução

O avião cortava os céus do Atlântico, transportando uma carga incomum e repleta de significado histórico. Dentro de uma urna de vidro preenchida com solução conservante, repousava o coração de D. Pedro I, o primeiro imperador do Brasil. Dois séculos após o célebre grito às margens do Ipiranga, o órgão que pulsou no peito do monarca regressava à terra onde ele proclamara a Independência.

A chegada ao Brasil foi um evento solene. No aeroporto, autoridades, historiadores e membros das Forças Armadas aguardavam ansiosos. Escortado com honras de chefe de Estado, o coração foi retirado do avião e colocado sobre um palanque coberto por um pano azul e branco, cores da Casa de Bragança. O silêncio respeitoso só foi quebrado pelos clarins militares, que entoaram o Hino Nacional enquanto a relíquia era posicionada na viatura oficial.

O trajeto até Brasília foi acompanhado por uma escolta cerrada. Ao longo do percurso, grupos de curiosos se reuniam à beira das rodovias, empunhando bandeiras e entoando canções patrióticas. Era como se o tempo tivesse se dobrado sobre si mesmo, trazendo de volta o espírito de D. Pedro I para testemunhar o que se tornara a nação que ele ajudara a fundar.

No Palácio do Planalto, a urna foi recepcionada em cerimônia solene. Autoridades discursaram sobre o legado do imperador, relembando sua bravura e as contradições de seu reinado. A emoção tomou conta dos presentes quando o coração foi exposto ao público, protegido por uma redoma de cristal, permitindo que todos pudessem observar aquele fragmento da história brasileira.

Durante os dias seguintes, milhares de pessoas passaram pelo local, ansiosas por testemunhar de perto a relíquia. Entre olhares curiosos e reflexões emocionadas, o coração de D. Pedro I parecia pulsar novamente, não em um peito humano, mas no imaginário de um povo que ainda busca compreender sua própria identidade e história¹.

O texto acima foi produzido pelo ChatGPT quando solicitado a descrever o transporte e a exibição do coração de D. Pedro I durante as celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil². O programa, quando questionado por ter descrito de maneira tão pomposa e elegante um evento tão macabro, respondeu:

Ótima observação! O tom solene e elegante reflete a forma como o evento foi tratado oficialmente, mas posso ajustar o texto para enfatizar o aspecto mais macabro e bizarro da situação. Podemos destacar a estranheza de celebrar a independência com um órgão humano preservado, dar um tom mais irônico ou até explorar o desconforto que essa exibição pode causar. Quer que eu faça essa mudança?³

¹ ChatGPT. Disponível em: <https://chatgpt.com/c/67c34b1c-3214-8013-ae66-bc3ed7ae8c35>. Acesso em: 1 mar. 2025.

² A utilização do ChatGPT foi realizada em guia anônima e sem login de usuário com o objetivo de reduzir possíveis interferências decorrentes de interações anteriores, personalizações algorítmicas ou histórico de navegação, buscando maior neutralidade na resposta produzida pela ferramenta.

³ ChatGPT. Disponível em: <https://chatgpt.com/c/67c34b1c-3214-8013-ae66-bc3ed7ae8c35>. Acesso em: 1 mar. 2025.

As experiências com tal ferramenta neste artigo encerram-se por aqui. Todavia, elementos chamam atenção nas respostas obtidas via ChatGPT. Para além dos recursos linguísticos empregados – produzindo uma narrativa coesa e “bem-feita” – destaca-se o tom “solene e elegante” da narrativa, ao tratar o coração de D. Pedro como uma “carga incomum e repleta de significado histórico”. A relíquia de textura enrugada, escurecida, viscosa, cercada de bolhas e detritos, perde seus elementos sinistros para dar lugar à descrição das supostas reações ansiosas dos espectadores. O texto atribui um valor simbólico ao coração de D. Pedro I como elemento da história nacional. Outro elemento digno de destaque aparece quando descreve que “autoridades discursam sobre o legado do imperador, relembrando sua bravura e as contradições do seu reinado”, algo que aponta para a construção de uma versão romântica, alicerçada em princípios do nacionalismo e do personalismo heroico.

A programação que emula um ser humano narra uma memória histórica construída e transmitida socialmente, reforçando elementos de heroísmo vinculados à figura de D. Pedro. Idealizador ao ajudar a “fundar uma nação”, com traços de excepcionalidade por edificar um “legado” para as próximas gerações, destinado a cumprir uma missão histórica para o Brasil e que, como todo herói romântico, tem um fim dramático de sofrimento heroico, eternizado em um coração submerso em formol que ainda pulsa, “no imaginário de um povo que ainda busca compreender sua própria identidade e história”. Sobre a identidade dos brasileiros, o texto criado pelo algoritmo⁴ sugere que tal identidade se constrói a partir de conexões entre o passado e o presente. O coração talvez seja um símbolo dessa identidade nacional. Uma construção vinculada a uma memória histórica romântica, festiva e exaltadora.

O evidente tom exaltador estabelece uma profunda conexão com a produção historiográfica do Brasil Imperial e no início da República. Mas não fica claro como se dá essa conexão. A própria plataforma indica que a resposta “reflete a forma com o evento foi tratado oficialmente”, foi essa a narrativa mobilizada pelo algoritmo do ChatGPT. Mas qual a origem dessa versão oficial? Por que ela descreve a Independência do Brasil, seus fatos e sujeitos históricos desta forma? Qual o impacto da reprodução dos vieses históricos selecionados pelos algoritmos? Como isso afeta a produção do conhecimento histórico, a memória coletiva, a construção da identidade e o ensino de História?

Parte dessas questões pode ser compreendida a partir das reflexões de Rodrigo Turin (2020) acerca das transformações da historiografia da Independência do Brasil e das disputas contemporâneas em torno da produção do passado. Turin identifica três marcos temporais determinantes: emergência, crise e linhas de fuga no presente. A primeira fase, de emergência, corresponde ao momento de constituição dessa narrativa oficial, marcada pela permanência de estruturas de colonização, dominação e segregação. Já a fase de crise refere-se a um período mais recente, especialmente a partir da década de 1980, quando as frágeis fronteiras entre um “passado prático” e um “passado histórico” tornam-se cada vez mais tênues, provocando debates e revisões dos protocolos disciplinares. Nessa etapa, a historiografia sobre a Independência passa a assumir uma postura mais crítica em relação à narrativa oficial, confrontando aspectos de sua herança e seus déficits conceituais, epistemológicos e ontológicos (TURIN, 2020).

⁴ Um algoritmo é um conjunto de instruções ou regras bem definidas que orientam a execução de uma tarefa ou a solução de um problema. Ele pode ser simples, como uma receita de bolo, ou extremamente complexo, como os sistemas que alimentam inteligência artificial. No *ChatGPT*, os algoritmos são fundamentais porque guiam como o modelo processa informações e gera respostas.

Um elemento crucial desse processo foi a rápida democratização da universidade, marcada pela expansão demográfica e geográfica, assim como pelas políticas de cotas, que possibilitaram uma composição mais heterogênea dos seus quadros discentes e docentes. É essa diversidade de sujeitos, mais do que apenas debates teóricos e metodológicos, que tem impulsionado os movimentos de revisão das heranças narrativas, conceituais e temporais da disciplina histórica. (TURIN, 2020. p. 11)

Aquilo que antes fora descrito como um evento singular, simultaneamente marcado por ruptura e permanência, passou a ser questionado. Com a expansão das universidades e a democratização dos programas de pós-graduação, consolidou-se um corpo de especialistas socialmente mais diverso e relativamente mais autônomo, levando a cientificidade da história a articular suas análises a conceitos como cidadania, soberania e povo. Ainda que esse processo tenha ocorrido tardiamente em comparação a outros países, a partir da década de 1980 intensifica-se uma produção historiográfica que passa a incluir indígenas, negros, mulheres e diversos outros grupos historicamente apagados pela historiografia emergente.

Ainda segundo Turin, vivem-se, agora, as linhas de fuga do presente sobre a Independência do Brasil. É possível afirmar que há uma explosão do consumo de história, ainda que não necessariamente de uma “história historiadora”. Revistas, sites, filmes, séries, jogos e festivais compõem uma variedade de produtos e performances que circulam e são consumidos socialmente. A ampliação contemporânea das formas de circulação do passado em ambientes digitais transformou significativamente as experiências sociais com a história. Conforme observa Rodrigo Turin (2020, p. 18), “a variedade de figurações do passado, em diferentes mídias, nunca foi tão ampla e intensa”. Nesse contexto, ferramentas de Inteligência Artificial passam a atuar também como mediadoras da cultura histórica, reorganizando narrativas históricas já consolidadas socialmente.

A partir dessas reflexões, delineia-se o objetivo deste artigo: refletir sobre os possíveis impactos do uso da inteligência artificial na cultura histórica. Para tanto, inicia-se com uma compreensão geral sobre a definição e o funcionamento dessas ferramentas tecnológicas. Em seguida, analisa-se a produção da memória nas narrativas elaboradas pelo ChatGPT que aqui foram apresentadas, comparando-as com narrativas históricas de professores de História da educação básica⁵ e buscando compreender de que modo tais tecnologias podem influenciar — reforçando ou transformando — a construção, a transmissão e a apropriação da cultura histórica.

A análise apoia-se no conceito de cultura histórica formulado por Jörn Rüsen (2007; 2015), articulando-o às reflexões de Rodrigo Turin (2020) acerca das tensões entre história disciplinar/escolar e “história como serviço”, especialmente no contexto contemporâneo de ampliação das formas de circulação e consumo do passado em ambientes digitais.

⁵ O material empírico analisado neste artigo integra o projeto de pesquisa “Independência do Brasil e seu Bicentenário”, vinculado ao grupo de pesquisa História e Ensino de História, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Como etapa inicial da investigação, foi aplicado um questionário *on-line*, elaborado por meio da plataforma *Google Forms*, contendo 10 questões abertas e de múltipla escolha voltadas à compreensão das perspectivas pedagógicas e narrativas históricas mobilizadas por professores de História ao abordar a Independência do Brasil em sala de aula. Ao todo, foram obtidas 46 respostas de professores e graduandos em História provenientes principalmente dos estados do Paraná, Bahia e Mato Grosso do Sul, entre 20 e 58 anos, divididos igualmente entre homens e mulheres. Neste artigo, analisam-se especificamente as respostas relacionadas à questão que solicitava reflexões sobre a figura histórica de D. Pedro I no processo de Independência do Brasil.

Inteligência artificial

São muitos os motivos para resistências e reservas, no campo da ciência histórica, quanto ao uso de ferramentas de inteligência artificial generativa. Em geral, tais preocupações nascem de questionamentos relacionados aos princípios éticos, aos enviesamentos, aos possíveis erros, às superficialidades e à violação dos direitos autorais. As inquietações atingem diferentes áreas, níveis e instituições de pesquisa e educação. Mas qual o motivo de tanto debate? O que, de fato, é Inteligência Artificial e como funcionam os *chats* formulados a partir dessa tecnologia? Este item tratará, de maneira introdutória, da conceituação e do funcionamento da ferramenta utilizada na introdução deste texto.

Segundo André da Silva (2024), os estudos sobre inteligência computacional remontam a 1956 quando, durante a Conferência de Dartmouth College em New Hampshire nos EUA, a área de Inteligência Artificial (IA) foi sistematizada. O pesquisador aponta que existiram observações anteriores, porém, foi nesse evento que um grupo de cientistas do campo da computação trataram da temática por dois meses e trouxeram significativas inovações para a área. Para Silva,

As Inteligências Artificiais podem ser compreendidas como sistemas que pensam como humanos, sendo o estudo desses sistemas um esforço para o desenvolvimento de máquinas com mentes, como a arte de criação de máquinas capazes de executar ações que pessoas precisam de inteligência para executar e como o campo de estudos da ciência da computação voltado para compreensão da inteligência humana replicada como tecnologia (SILVA, 2024, p. 1308).

As Inteligências Artificiais podem ser compreendidas como sistemas capazes de reagir a determinados estímulos de maneira semelhante ao pensamento humano. Os estudos sobre IA abordam tanto a natureza da inteligência humana quanto o desenvolvimento de tecnologias capazes de replicá-la. No cotidiano, essas tecnologias estão presentes em diversas formas, como assistentes virtuais, recomendações em plataformas de *streaming*, filtros de *e-mail*, anúncios personalizados, sistemas de GPS e aplicativos de trânsito, corretores automáticos, algoritmos de mecanismos de busca e nas redes sociais.

O objeto deste estudo emergiu a partir de uma breve interação com um *chatbot*. *Chatbots* são programas de computador que utilizam inteligência artificial para simular conversas com seres humanos. Estão comumente presentes em sites de lojas, bancos e operadoras, onde respondem a dúvidas básicas sem a necessidade de um atendente humano. Existem dois tipos principais de *chatbots*: os mais simples funcionam com base em regras e roteiros fixos, com perguntas e respostas predefinidas — como no exemplo: “Digite 1 para contratar, 2 se já é cliente...”. Já o ChatGPT, ferramenta utilizada nesta análise, representa um modelo mais avançado, pois emprega o Processamento de Linguagem Natural (PLN) para compreender melhor as perguntas e oferecer respostas mais flexíveis e contextualizadas.

A empresa OpenAI, organização de pesquisa em inteligência artificial fundada em 2015 nos Estados Unidos, é a criadora do ChatGPT. Em 30 de novembro de 2022, a empresa disponibilizou a primeira versão pública da ferramenta. GPT significa “*Generative Pre-trained Transformer*” — em português, algo como “Transformador Generativo Pré-Treinado”. Segundo os desenvolvedores, o modelo é capaz de elaborar respostas longas, articulando informações variadas de maneira contextualizada. Ou seja, não opera por simples reprodução ou recorte direto de textos, mas pela identificação probabilística de padrões linguísticos em um vasto conjunto de dados textuais disponíveis publicamente ou licenciados, produzindo respostas

textuais coerentes conforme os comandos recebidos. Não se trata, portanto, de uma cópia direta, embora também não constitua propriamente uma nova criação ou análise.

Vale destacar que o acervo utilizado pelo modelo não é atualizado em tempo real. As bases de treinamento foram atualizadas em setembro de 2021 (GPT-3.5), abril de 2023 (GPT-4-turbo) e dezembro de 2023 (GPT-4o). Assim, ao ser questionado sobre eventos posteriores a essas datas, o *chat* tende a apresentar limitações de precisão, salvo quando autorizada a utilização de ferramentas de pesquisa na *web*.

Além do ChatGPT (OpenAI), existem vários outros *chatbots* amplamente usados no mundo. Dentre eles destacam-se: Gemini (Google/Alphabet), Copilot (Microsoft), Meta AI (Meta – Facebook, Instagram e WhatsApp) e a DeepSeek.

O romantismo na “criação do Brasil”: rastreando a narrativa criada via Inteligência Artificial

Pode-se compreender a cultura como tudo aquilo que, no mundo humano, não é natureza. Um curioso fato antropológico – fundamental e universal – é que os seres humanos precisam interpretar o seu mundo e a si mesmos para poder viver. A cultura, portanto, é algo essencial, sem a qual a práxis humana sequer pode acontecer (RÜSEN, 2014). A cultura histórica, por sua vez, está vinculada à origem do pensamento histórico na vida prática. É nela que se encontram as práticas culturais que orientam o sofrer e o agir humanos (RÜSEN, 2014; 2015). Essas práticas se manifestam em produções artísticas e culturais, na educação formal, em comemorações, feriados, museus, exposições, monumentos, nomes de ruas, movimentos sociais, tradições familiares... enfim, em toda ação interpretativa que dá sentido e direção ao sofrer e ao agir no tempo.

A cultura histórica representa o grau mais elevado das atividades e instituições que lidam com a história. Ela orienta tanto o sofrer quanto o agir no mundo em constante transformação, desencadeando o processo pelo qual as experiências com o passado se convertem em interpretações que permitem compreender o presente e projetar o futuro (RÜSEN, 2007; 2014). Em outras palavras, é por meio das experiências de sofrimento vividas no âmbito da cultura histórica que se inicia a formação da consciência histórica.

Nesse processo, a memória histórica pode ser compreendida não como simples preservação do passado, mas como uma forma de atribuição de sentido às experiências temporais vividas coletivamente. Para Rüsen, isso fica claro ao se considerar o desempenho básico da consciência humana ao lidar com o tempo. “A consciência humana do tempo é uma imbricação complexa de memória e expectativa” (RÜSEN, 2015, p. 219). Ou seja, o horizonte temporal da existência humana envolve simultaneamente as experiências do passado e as expectativas de futuro. É a memória histórica que organiza narrativamente determinadas experiências do passado, articulando identidades, orientações culturais e expectativas de futuro.

Nessa mesma direção analítica, convém incluir as reflexões de Candau (2012), sobre a seletividade da memória. Para o autor,

a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável”. (CANDAU, 2012, p. 9)

Assim, sendo continuamente reconstruída a partir das carências de orientação, das demandas e sensibilidades do presente, as narrativas históricas produzidas no interior da cultura histórica não apenas rememoram acontecimentos, mas também produzem interpretações socialmente compartilhadas sobre o passado (RÜSEN, 2014; 2015). E mais do que rememorar, a memória histórica também produz identidade, estando ambas indissolivelmente ligadas (CANDAU, 2012). Rüsen (2015) distingue ainda dois modos fundamentais de relação da consciência histórica com a memória. De um lado, existe uma memória mais *receptiva e involuntária*, marcada pelas permanências afetivas, pelas experiências acumuladas e pelas lembranças que atravessam os sujeitos sem necessariamente serem submetidas a uma elaboração racional sistemática. De outro, há uma memória *intencional e construtiva*, mobilizada conscientemente na produção de narrativas capazes de orientar a experiência temporal humana. É nessa dimensão construtiva que a memória histórica organiza, seleciona e interpreta experiências do passado conforme determinadas carências de orientação do presente, projetando sentidos e expectativas para o futuro.

É no interior dessas disputas pela atribuição de sentido ao passado, nas quais memória, identidade e experiência histórica se articulam continuamente, que operam as diferentes dimensões da cultura histórica. Tendo como base as reflexões e conceituações de Jörn Rüsen (2014; 2015), a cultura histórica pode ser diferenciada em três dimensões: estética, cognitiva e política. Na dimensão estética, trata-se da coerência entre forma, performance e persuasão. Mobilizam-se recursos imaginativos que vão da literatura às artes plásticas para construir um discurso persuasivo sobre determinado sentido histórico. Por sua força performática e persuasiva, essa dimensão alcança efeitos amplos e duradouros. A dimensão cognitiva, por sua vez, persegue a validade argumentativa: nela, a ciência histórica e a educação formal desempenham papel decisivo na projeção de uma cultura histórica por meio de argumentos que serão transmitidos às próximas gerações. Já a dimensão política associa-se diretamente à legitimação como elemento de disputa pelo poder. Como afirma Rüsen (2014, p. 102), “nenhum sistema de dominação pode renunciar à cultura histórica enquanto instância de legitimação, e a crítica da legitimação sempre recorre também à argumentação histórica”.

Pensando na dimensão estética da cultura histórica, faz-se necessário perceber o romantismo como elemento fundamental na formação de uma cultura histórica acerca do Brasil. O Romantismo⁶ foi um movimento cultural, artístico e literário dos séculos XVIII e XIX que incorporou elementos historicistas, místicos, sentimentais e revolucionários do Pré-Romantismo. Em contraste com a objetividade racionalista da burguesia, enfatizou o subjetivismo emocional como fonte de inspiração (GUIMARÃES & PRÓCHNO, 2016). São características marcantes desse movimento: a valorização do sentimento e da emoção, a exaltação do indivíduo e do Eu, o nacionalismo e a valorização de um passado formado por tradições e mitos, dentre outras características.

O movimento cultural do final do século XVIII foi influenciado pela literatura inglesa e pela filosofia alemã. Nele, articulou-se o subjetivismo romântico ao liberalismo clássico na formação da ideia de nação, especialmente nos centros intelectuais da Europa. Entretanto, enquanto nos países europeus buscavam suas raízes históricas para consolidar identidades nacionais, na América Latina — e particularmente no Brasil — o desafio era construir uma nova cultura e identidade nacional, livre dos vínculos coloniais, recriando o passado para unificar o país recém-independente e projetar uma nação orgulhosa e moderna (SANTOS, 2018).

⁶ Especialistas observam uma variedade nos tipos românticos, sendo que muitos preferem mais adequado falar em “romantismos” no plural do que em “Romantismo” (GONÇALVES, 2009, p. 431). Todavia, como este texto tratará genericamente do Romantismo como movimento cultural, sem se ater às especificidades de cada submovimento, usaremos o termo do singular para sinalizar tal opção.

José Murilo de Carvalho (1990) indica que a elaboração de um imaginário social é fundamental para a legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se atinge não só “a cabeça”, mas “o coração” (CARVALHO, 1990, p. 10). O imaginário não se atrela exclusivamente à racionalidade de um fenômeno, mas trata-se da construção de aspirações, medos e esperanças de um povo. É pelo imaginário que as sociedades definem suas identidades, objetivos e inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. Sendo assim,

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopia, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medo coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. (CARVALHO, 1990, p. 10 e 11)

Sendo assim, no contexto de formação do Brasil independente, a estética romântica atendia aos interesses de manipulação do imaginário social, fundamental para o momento de mudança política e social. Os desafios impostos pelo contexto de independência do Brasil e a necessidade de redefinição de identidades coletivas puderam ser superados, por exemplo, por meio da criação de heróis românticos. Tais figuras históricas, romanticamente constituídas, tinham em suas virtudes a possibilidade de encarnar ideias e aspirações, pontos de referência e alicerces para a identificação coletiva. Formando assim, uma cultura histórica com uma estética que atingia a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.

Vale ainda destacar que o romantismo foi o primeiro movimento literário do Brasil e seu surgimento e incremento ocorre simultaneamente com o processo de independência política do país. Na ocasião, uma série de transformações fomentaram o desenvolvimento de uma vida intelectual pulsante e as manifestações literárias contribuíram para a construção de universo cultural reconhecível e partilhado entre os brasileiros. No entanto, a emancipação política do Brasil guardava uma profunda contradição. De um lado a representação da mais profunda realeza civilizada – de origem Bragança, Bourbon e Habsburgo – e, de outro a relevância econômica do tráfico de escravizados. Para Lilia Schwarcz (2000), o Império tratou de criar discursos que primaram por criar memórias que encobriam o trabalho cativo ao mesmo tempo que naturalizavam a política como um local de exercício dos mais dotados. Ações que podemos associar à dimensão cognitiva da cultura histórica.

No interior da dimensão cognitiva da cultura histórica, a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundamental para a consolidação de determinadas interpretações sobre a formação da nação brasileira. Criado em 1838, inspirado no modelo da Academia Real de História em Portugal, o IHGB reuniu uma elite intelectual carioca em torno da construção de uma narrativa legitimadora da monarquia brasileira. O instituto relembrava o passado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envoltos em cenários românticos. A monarquia surgia como um governo acima de qualquer instituição e a escravidão era literalmente esquecida (SCHWARCZ, 2000). O romantismo serviu como um dos principais alicerces simbólicos para o processo de formação de uma identidade cultural brasileira.

Turin (2009) destaca que o foco de orientação dos integrantes do IHGB era a organização de uma história nacional centrada na unidade territorial e política. O instituto delegava ao historiador a tarefa de delinear um perfil de “nação brasileira”, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações. Sob o olhar atento de seu principal mecenas e fundador, o imperador D. Pedro II, “a tarefa da escrita da história era encarada como uma tarefa oficial, e a obra realizada um bem nacional” (TURIN, 2009, p. 15).

Muitos trabalhos produzidos pelos historiadores vinculados ao IHGB expressam uma historiografia comprometida com a centralidade da figura imperial. Turin identifica nesse projeto centralizador do Estado imperial, profundamente articulado à prática historiográfica, três instâncias fundamentais: a escrita afetiva, a cientificidade e a governabilidade. Tais elementos contribuíram decisivamente para a consolidação de uma cultura histórica romantizada, marcada pela idealização da nação, pela heroificação de determinados sujeitos históricos e pela legitimação simbólica da monarquia brasileira.

A escrita afetiva manifestava-se na mobilização de emoções, símbolos e sensibilidades patrióticas capazes de produzir identificação entre os sujeitos e a narrativa nacional. A cientificidade, por sua vez, conferia legitimidade intelectual a essas interpretações do passado, apresentando-as como conhecimentos autorizados e socialmente válidos. Já a governabilidade articulava a escrita da história aos interesses políticos do Império, utilizando a narrativa histórica como instrumento de coesão social, legitimação do poder monárquico e construção de uma memória nacional compartilhada. Nesse processo, o romantismo operava não apenas como estilo literário ou sensibilidade estética, mas como forma de orientação histórica e política da experiência nacional.

A consolidação dessa cultura histórica romantizada não se restringiu ao interior do IHGB ou às disputas intelectuais da Corte imperial. Como observa Márcia de Almeida Gonçalves (2009), muitos intelectuais do período buscaram delinear aquilo que, nos termos da época, representaria a “cor local” do Brasil, em um esforço para imaginar e materializar o caráter singular das “terras e gentes” do jovem país em formação. Tratava-se da elaboração, “nos mais diversos campos, dos manifestos de um desejo de autonomia cultural” (GONÇALVES, 2009, p. 429). Nesse processo, a construção de heróis nacionais, a idealização da natureza tropical e a elaboração de narrativas sobre a origem do povo brasileiro integravam um mesmo movimento de produção de sentido histórico voltado à legitimação simbólica da nação e do Império.

Apesar de certa miscelânea, o romantismo à brasileira não aceitava com facilidade a imitação de modelos portugueses anteriores. Havia modelos para as obras, mas também havia “originalidade na cópia” (SCHWARCZ, 2000, p. 113). A individualidade e o historicismo típico do pensamento romântico construíam uma estética nacionalista de exaltação da exuberante natureza americana. É o caso do indianismo, uma das correntes do romantismo. Apesar de não ser uma invenção romântica, a figura do “índio”⁷ era uma representação nacional em festas e eventos patrióticos e se tornou depositário da mitologia nacional. Porém, não se tratava de um estudo aprofundado sobre a vida e o passado dos indígenas. Usou-se a figura do índio no mito de fundação do Brasil para garantir um passado glorioso e uma identidade nacional ao povo brasileiro.

A literatura romântica também passou, assim, a integrar o discurso oficial do Império, transformando o indígena em modelo nobre da gênese de uma nação centrada na figura do monarca. Schwarcz acredita que na literatura, a atuação de D. Pedro II ganhou visibilidade ao encomendar narrativas épicas centradas nas figuras de heróis indígenas fundindo a excentricidade romântica com a pesquisa histórica (SCHWARCZ, 2000, p. 116). Nos decênios de 1850-1860, esse discurso romântico literário se expande para a música, as artes plásticas e a historiografia oficial. Coube a essa historiografia, principalmente a ligada ao IHGB, formar um novo panteão de heróis nacionais, para assim atingir a validade argumentativa.

⁷ No contexto da literatura romântica brasileira, especialmente no Indianismo, o termo “índio” é o mais adequado porque reflete a visão idealizada e estereotipada que os escritores do século XIX tinham dos povos indígenas. Esse termo está historicamente ligado à construção de uma identidade nacional durante o Romantismo, quando autores como José de Alencar (em obras como *O Guarani* e *Iracema*) criaram a figura do “bom selvagem”, um indígena romantizado, muitas vezes destemido, puro e heroico, mas distante da realidade dos povos indígenas reais. Usar termos como “povos indígenas”, “nativos” ou “originários” ao discutir essa literatura pode gerar um anacronismo, pois essas expressões carregam uma visão contemporânea, que busca respeitar a diversidade e a identidade dos diferentes grupos indígenas, enquanto o Indianismo tratava os “índios” de forma genérica e fantasiosa.

É nesse contexto que se dá a construção da História como disciplinar escolar no Brasil. Maria Auxiliadora Schmidt (2011) aponta como marco institucional da criação da disciplina escolar o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II (SCHMIDT, 2011, p. 78). Schmidt destaca a forte influência das concepções europeias de História, entretanto, o ensino de História a partir do regulamento voltava-se predominantemente para uma História da Civilização baseada, sobretudo, na História da Europa Ocidental. A História pátria (do Brasil) aparecia enquanto apêndice, ocupando um papel secundário, atribuída aos anos finais dos ginásios, com poucas aulas e organizando-se como um repositório de biografias de homens ilustres, datas e batalhas (SCHMIDT, 2012).

Ainda que Schmidt encontre um papel secundário ao ensino da História pátria, essa concepção fez com que durante boa parte dos séculos XIX e XX, a História escolar se voltasse para a educação moral e cívica, integrando noções de moral e pátria. Os elementos românticos que serviram de base para a História ensinada nas escolas fizeram parte do movimento de construção do Estado Nacional brasileiro, de uma memória nacional, de uma concepção de cidadão e de cidadania.

As reflexões de Rodrigo Turin (2020) ajudam a compreender que essas formas de produção e transmissão do passado estavam vinculadas àquilo que o autor denomina história disciplinar/escolar, isto é, uma modalidade de representação histórica sustentada por protocolos institucionais, critérios de validação e práticas específicas de ensino e pesquisa. A história ensinada nas escolas, assim como aquela produzida por instituições como o IHGB, organizava-se em torno de determinadas operações historiográficas voltadas à formação da nação, da cidadania e de uma memória nacional compartilhada.

Entretanto, o ChatGPT, objeto central de reflexão deste artigo, não se insere plenamente nessa tradição disciplinar. Tampouco opera segundo os compromissos epistemológicos da ciência histórica. Sua lógica aproxima-se muito mais daquilo que Turin chama de “história como serviço”, marcada por “formas distintas de operações historiográficas” (TURIN, 2020, p. 32), organizadas sobretudo pela circulação, pelo consumo rápido e pela capacidade de responder às expectativas imediatas dos usuários.

Isso não significa que a história disciplinar/escolar esteja desvinculada da dimensão política da cultura histórica. Ela é claramente marcada por disputas políticas, projetos de poder ou interesses de legitimação, como demonstram, por exemplo, a atuação do IHGB e a construção de uma memória nacional romantizada ao longo do século XIX. A diferença reside, sobretudo, nas formas de mediação, circulação e validação dessas narrativas. Enquanto a história disciplinar/escolar se estrutura a partir de instituições, métodos e práticas específicas de produção do conhecimento histórico, a narrativa produzida pela Inteligência Artificial orienta-se prioritariamente pela manutenção da interação com o usuário, oferecendo respostas fluidas e socialmente reconhecíveis, capazes de estimular a continuidade do consumo da própria plataforma.

A partir dessas condições, cria-se e revive-se o mito da figura heroica de D. Pedro I anunciada na introdução deste texto. Alicerçada no personalismo típico do pensamento romântico, funda-se uma memória e consequentemente uma identidade histórica política no Brasil, em que a liderança política – no caso do referido período, o imperador – é o ícone, o herói, o gênio que lidera e salva toda uma nação. Com o típico sentimentalismo das narrativas míticas se esquece toda relação de clientelismo, os jogos pelo poder, a violência dos eventos históricos e os interesses de cada grupo social envolvido. Compete ao homem comum, ao súdito, assistir passivamente e torcer pela sorte. Uma concepção que contamina a interpretação do presente e às projeções de futuro, pois, caberá somente ao destino garantir que os heróis surjam. Esses heróis, entidades que personalizam toda genialidade, são os que garantirão com sua coragem o progresso e a liberdade da pátria. Para a identidade histórica formada a partir da influência romântica, é natural que seja assim.

Nesse processo, manifesta-se continuamente a dimensão política da cultura histórica. Aliás, as três dimensões são igualmente originais e estão numa relação condicional complexa de pretensões, validades e funções (RÜSEN, 2015). Sobre a dimensão política, um elemento determinante que requer destaque é a formação da identidade pacifista aos brasileiros. O indianismo manifestado nas obras literárias românticas, nos estudos do IHGB e no ensino de História não se caracterizavam como abertamente hostil ao colonizador. O índio romântico representava um ideal moral originário da moralidade cristã. O herói indígena é símbolo de bom caráter, não símbolo de pureza. Quando luta contra um personagem branco, este branco não é mau por ser colonizador, mas sim um colonizador ambicioso e desumano.

O índio como mito nacional atendia perfeitamente a intenção de formar uma identidade brasileira mansa e pacifista. O índio representado não oferece perigo ou problema. Geograficamente afastado dos centros urbanos, eram vistos por eles como uma raça em declínio e com feitos heroicos em um passado distante. Negros e mestiços, cerca de três quartos da população total do Brasil em meados do século XIX, viviam em condição de escravidão ou servidão e não eram heroicizados em produções historiográficas românticas. Ou seja, formou-se uma noção identitária pensada previamente por uma elite escravocrata que determinava para si e para todos os brasileiros valores e concepções de nacionalidade e política. O jogo partidário ficou, desta forma, retido nas mãos de poucos. O exercício do poder era uma encenação cujo rei figurava como ícone nacional. Apagava-se as evidentes amarras do clientelismo e do personalismo. Mesmo com as transformações ocorridas com a criação da república, também por uma elite econômica e política, tais práticas continuaram se perpetuando nesse novo sistema de poder.

Do futebol à política, a cultura histórica romântica cria a expectativa de um salvador da pátria, príncipe, candidato à presidência ou *menino de ousadia e alegria*, que nos tire do buraco. Schwarcz (2000), encontra ainda outros fatos e discursos históricos que reforçam elementos de passividade e conformismo na identidade histórica brasileira como: a Abolição da Escravidão da Princesa Isabel, a Proclamação da República de Deodoro da Fonseca e a Revolução de 1930 de Getúlio Vargas. Cabe ao herói, o brado heroico retumbante, enquanto aos comuns, conquistas com braço forte. Seguindo assim, continuaremos deitados em berço esplendido.

Narrativas em diálogo: Inteligência Artificial e professores de História

Ao compreendermos mais profundamente as manifestações estéticas, cognitivas e políticas da cultura histórica, tornam-se evidentes as premissas, os sentidos e as ações intencionais associadas ao viés romântico da história do Brasil que orientaram a narrativa criada via ChatGPT no início deste artigo. Elementos fundamentais na construção do mito heroico de D. Pedro I revelam a forte influência do personalismo característico do pensamento romântico. Consolida-se, assim, uma memória coletiva que modela uma identidade histórica e política, na qual a figura da liderança — neste caso, o imperador — é exaltada como ícone, herói e gênio destinado a guiar e redimir a nação. Tal concepção não apenas molda a interpretação do passado, mas também projeta um imaginário de futuro, sustentando a crença de que apenas o destino seria capaz de revelar novos heróis.

Entretanto, a memória romântica do Brasil se mostra viva não apenas na narrativa criada via ChatGPT, mas também na vida prática de muitos brasileiros. É o que notamos ao identificar o uso da *memória de maneira involuntária e receptiva* por professores de História da educação básica em estudo citado na introdução deste artigo. Segundo esta análise, ao serem provocados

a escrever sobre D. Pedro⁸, 5 dos 46 professores participantes atribuíram características intencionalmente heroicas à liderança de D. Pedro⁹. É o que fica evidenciado no tom festivo e celebrativo do participante 7 deste estudo que descreve D. Pedro como

Um português de coração tropical. Como qualquer herdeiro foi preparado para ser um monarca. Homem versado na música, de carisma maravilhoso tanto quanto mulherengo. Fez da sua bravura um dos principais nomes da independência do que seria o BRASIL (participante 7 – grifo dele)

É possível que a menção à natureza tropical do coração do português tenha influência direta da memória romântica historicamente construída pela elite brasileira desde a independência. O culto ao monarca exalta não apenas o herói, mas a nação escrita em letras maiúsculas, a natureza tropical, a tradição, a música, a festa e a celebração. Não há controvérsias na figura desse líder, ele é carismático e mulherengo. Faz parte da própria construção de sua natureza heroica e maravilhosa. O mesmo estudo revelou que alguns participantes caracterizaram D. Pedro como “(...) Culto, humanista e liberal” (participante 14).

Entretanto, a resposta do participante 23 chama ainda mais atenção. Para ele, “como professor de história devemos falar das partes ‘virtuosas’ desse personagem, mas para prender a atenção dos adolescentes, também falamos como ele foi corno, mulherengo, cachaceiro, cafajeste e muito mais”. O trecho permite identificar a forma como o professor entende o papel do docente no processo de ensino escolar. Para o professor participante, a História institucionalmente lecionada deve privilegiar biografias de pessoas ilustres, destacadas pelo comportamento virtuoso, de retidão e bons exemplos para a formação de pessoas com igual conduta e moralidade – assim como no século XIX, durante a construção da História como disciplina escolar no Brasil.

No entanto, o professor também recorre a elementos sensacionalistas, associados à dimensão estética de uma cultura histórica espetacularizada, para despertar o interesse dos estudantes. Essa estratégia desloca parcialmente a narrativa do campo da interpretação histórica para o da dramatização e do entretenimento, criando uma tensão entre diferentes funções da História escolar: de um lado, a preservação de uma memória oficial e romantizada; de outro, a necessidade contemporânea de produzir engajamento imediato. Aproxima-se, nesse ponto, daquilo que Turin (2020) denomina “história como serviço”, marcada pela adaptação narrativa às expectativas do público e pela busca constante de manutenção da atenção e do consumo dessas narrativas. Tal dilema ilustra a forma como a consciência histórica do docente se articula entre diferentes dimensões da cultura histórica — ora reforçando a legitimidade de uma narrativa tradicional e normativa, ora mobilizando recursos espetacularizados em busca de reconhecimento, impacto emocional e adesão dos estudantes.

Nesse ponto, observa-se um paralelo com as narrativas produzidas pela Inteligência Artificial. Assim como o professor, a IA alternou entre uma abordagem aparentemente objetiva e moralizante e outra marcada por aspectos anedóticos ou dramáticos. Em ambos os casos, a construção narrativa serve tanto para legitimar o discurso romântico quanto para atrair a atenção

⁸ O questionário foi composto por 10 questões sobre o conteúdo substantivo “Independência do Brasil” e a forma como o professor lecionava o tema com seus alunos. Na questão de número 5, o professor participante deveria responder: Entre os personagens que se destacam na narrativa histórica sobre a independência do Brasil está D. Pedro que viria ser D. Pedro I. Fale sobre ele.”.

⁹ Das 46 respostas coletadas, 6 professores não responderam e 33 se referiram a D. Pedro como uma liderança de um movimento que em um dado contexto histórico que culminou com o processo de independência. Levando em consideração os argumentos e exemplos usados pelos professores nas respostas, os pesquisadores criaram 5 categorias para a liderança do monarca segundo as respostas dos professores. D. Pedro foi representado como: (1) líder oportunista; (2) passivo; (3) consciente e não-heróico; (4) consciente e heróico e; (5) forjado.

do público, aproximando-se das dinâmicas contemporâneas de circulação e consumo do passado. Contudo, a forma anedótica e dramatizada da narrativa criada pela IA mostrou-se mais eficaz em sustentar o culto à figura do ilustre e heroico D. Pedro I. Os recursos linguísticos empregados reforçam a imagem de um líder nato, carismático, perspicaz e inteligente, omitindo falhas morais. Observa-se, assim, a mobilização de ideias históricas para afirmar o nascimento de uma tradição ou a regularidade exemplar de um sujeito histórico destinado a governar. A narrativa da IA não apresenta um D. Pedro passível de análise crítica; o passado se impõe ao presente, moldando-o e reinterpretando-o segundo determinações tradicionais. Perdeu-se nessa narrativa, o papel reflexivo da consciência histórica tão necessário para o enfrentamento crítico com as contradições e conflitos do passado.

Pensando na dimensão cognitiva da cultura histórica, podemos inferir que a produção de conhecimento histórico sobre o passado também está se alterando. Apesar do uso das IAs possibilitarem a aceleração e ampliação do acesso ao conhecimento histórico – acessando grandes volumes de dados históricos, sistematizando e sintetizando informações – e a criação de novas formas de aprendizagem – possibilitando novas experiências cognitivas com o passado por meio de simulações, jogos e interações¹⁰ –, corre-se o risco da superficialização da aprendizagem, diminuição do rigor teórico-metodológico na produção de narrativas históricas e o reforço de narrativas tradicionais e simplificadas, como se identificou no texto narrativo construído via ChatGPT. Se, por um lado, a IA pode ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento histórico, por outro, também pode contribuir para a superficialização da relação com o passado, desvalorizando a crítica historiográfica e enfraquecendo o desenvolvimento de consciências históricas críticas e genéticas.

Essa dinâmica pode ser percebida na própria resposta oferecida pelo ChatGPT apresentada no início deste texto. Ao ser questionado sobre o tom solene e elegante utilizado para descrever um evento potencialmente macabro, em vez de sustentar determinada interpretação histórica ou problematizar os sentidos envolvidos na celebração do Bicentenário, a ferramenta imediatamente se mostrou disponível para reformular a narrativa conforme as expectativas do usuário: “podemos destacar a estranheza [...], dar um tom mais irônico ou até explorar o desconforto que essa exibição pode causar”. A resposta evidencia um funcionamento orientado menos pela estabilização crítica do conhecimento histórico e mais pela adaptação narrativa, pela fluidez comunicacional e pela manutenção da interação. Nesse aspecto, a Inteligência Artificial aproxima-se daquilo que Turin (2020) caracteriza como “história como serviço”, na qual a elaboração do passado tende a ajustar-se continuamente às demandas de consumo, reconhecimento e engajamento do público.

Pensando na interação das pessoas com as narrativas da IA, podemos deduzir que a falta de conhecimento em ciência da história leva os indivíduos à mera reprodução de narrativas, como a versão romântica apresentada no início deste artigo. Confundir história e memória faz trocar o método científico pela pesquisa nostálgica. A memória constrói identidades, mas é ciência da história que revela contextos. Em contraposição a esse comportamento, observa-se entre os professores participantes uma valorização significativa da ciência histórica na aprendizagem. Distantes da postura acrítica apresentada pela IA, cinco professores caracterizaram D. Pedro como um herói forjado por uma historiografia específica.

¹⁰ Sobre tais experiências consultar simulações de entrevistas com personagens históricos ou sobre temas históricos via *chatbots*: MELLO, Janaina Cardoso de; CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. A IA como agente interativo no Ensino de História da ditadura militar no Brasil. *Revista História em Curso*, v. 6, n.10, Dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/historiaemcurso/article/view/35037/23091>. Acesso em: 11 jul. 2025. BENTIVOGLIO, J. Conversa sobre Teoria da História com o ChatGPT. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 316–335, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/75344>. Acesso em: 11 jul. 2025.

O participante 27, por exemplo, descreve D. Pedro como uma “figura controversa, exaltada como herói por uma História Oficial e vista com certa desconfiança pela Historiografia”. Para ele, o processo de Independência só se concretizou de fato com a abdicação de D. Pedro em 1831. Ao formular essa interpretação, o participante questiona e desnaturaliza o discurso sacralizado pela cultura histórica romântica, que atribui ao monarca a liderança exclusiva da emancipação política do Brasil.

Apesar de atribuir equivocadamente ao positivismo a origem do mito em torno de D. Pedro, a participante 3 estabelece uma relação com o presente ao afirmar que “a exaltação a D. Pedro faz parte da visão positivista que influenciou e ainda hoje se faz presente nas narrativas históricas, atribuindo a homens brancos, ricos e de origem europeia o papel de protagonistas da História”. Mais do que apontar a construção do herói, a participante identifica a persistência de influências históricas que privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros, naturalizando os privilégios concedidos a homens brancos e ricos.

O participante 5 reconhece as disputas políticas em torno das versões sobre a relevância histórica de D. Pedro: “(...) um personagem que possibilita pensar algumas questões; se, por um lado, a historiografia oficial tentou forjar a figura de um imperador forte, nos moldes dos monarcas do Antigo Regime, por outro lado, ele figura como um governante que não teve poder e nem conseguiu articular com a elite sua permanência no trono”. Ao expandir a análise, o professor propõe (re)pensar o contexto da Independência e seus desdobramentos.

Os participantes 11 e 22 apontam que a imagem heroica de D. Pedro segue sendo reforçada por estratégias contemporâneas de preservação da memória oficial. Para o participante 11, o simples fato de o “D. Pedro herói” ser tema recorrente nos vestibulares já indica a manutenção de narrativas construídas em torno de heróis. A participante 22 acrescenta que “a imagem construída pelos monarquistas e difundida através dos livros didáticos” mantém uma visão de Brasil alinhada a Portugal. Assim, para além da atuação do IHGB no século XIX, vestibulares e materiais escolares continuam a alimentar a figura do herói da Independência.

Os professores que identificam D. Pedro como líder forjado pela cultura histórica romântica reconhecem também os grupos responsáveis por essa construção. Da elite branca e rica aos monarquistas, diferentes atores se valeram de instrumentos como a Historiografia Oficial, os vestibulares e os livros didáticos para consolidar a imagem do herói emancipador. A valorização de tradições e mitos históricos românticos influencia a construção das identidades históricas e da própria concepção de cidadania. Como visto anteriormente, diante de um ícone heroico e salvador, o cidadão comum tende a adotar uma postura passiva, “torcendo pela sorte”. Esses professores, contudo, reconhecem essa memória e atuam intencionalmente contra tal narrativa. Se, por um lado, identificam a permanência de uma memória histórica receptiva e involuntária sedimentada na cultura histórica brasileira, por outro, mobilizam conscientemente interpretações capazes de problematizar essa tradição e reorganizar os sentidos atribuídos ao passado. Identificar os grupos privilegiados é, para eles, uma forma de reinterpretar criticamente a tradição histórica e adequá-la às demandas e experiências do presente.

De *maneira consciente e reflexiva*, esses docentes rejeitam o D. Pedro romantizado por entenderem que não oferece utilidade à vida prática. O uso *intencional e reflexivo* da memória indica uma negação crítica da tradição e um desejo de transformação do tempo presente. Ao destacar os embates entre versões nas disputas pela narrativa da Independência, respondem às carências de orientação temporal, buscando múltiplas perspectivas de interpretação do passado, teorias, categorias e métodos que influenciam as historiografias sobre o tema. Mobilizam, assim, a consciência histórica para encontrar no passado referências para o agir no presente, formando uma cultura histórica capaz de responder às carências temporais da vida prática.

Essas formas mais elaboradas de interpretação histórica tornam-se mais possíveis quando articuladas ao reconhecimento dos procedimentos críticos e metodológicos próprios da ciência histórica. Sem essa consideração, tende a prevalecer a reprodução de modelos romantizados de memória — como se verificou na produção narrativa da IA. Sendo assim, talvez seja na dimensão política da cultura histórica que residem as possíveis consequências mais desafiadoras. Essa dimensão se refere aos usos públicos e sociais da história para legitimar identidades coletivas, justificar ações políticas no presente, construir imaginários de futuro e/ou silenciar e excluir certas memórias. Ela está profundamente ligada à função orientadora da consciência histórica, que oferece ao sujeito uma direção de sentido no tempo. Observa-se, na interação com o ChatGPT, o reforço de formas de dominação historicamente construídas pela cultura histórica romântica da história do Brasil. Aliás, não apenas reforçou, mas também potencializou com a roupagem moderna e despersonalizada do *chat*.

Considerações finais

Por maior que seja o repertório linguístico e as habilidades que emulam comportamentos humanos, ferramentas de Inteligência Artificial não possuem consciência histórica. A consciência histórica nasce das experiências humanas no tempo, das carências de orientação da vida prática e da necessidade de interpretar o passado para agir no presente e projetar o futuro. As IAs não sofrem, não experimentam o tempo historicamente e tampouco elaboram intencionalmente sentidos para sua própria existência. Ainda assim, participam cada vez mais ativamente da circulação pública da cultura histórica ao reorganizar, selecionar e reproduzir narrativas socialmente sedimentadas.

A análise realizada ao longo deste artigo demonstrou que o ChatGPT não produz interpretações históricas autônomas, mas opera mobilizando repertórios narrativos já consolidados na cultura histórica brasileira. No caso específico da Independência do Brasil, observou-se o reforço de uma memória histórica romantizada, marcada pelo personalismo heroico, pela exaltação da figura imperial e pela idealização da nação. Elementos historicamente associados à atuação do IHGB, à construção da História escolar no século XIX e à elaboração de uma “cor local” para a identidade nacional continuam circulando contemporaneamente, agora reorganizados em ambientes digitais mediados por Inteligência Artificial.

Nesse processo, torna-se evidente que a memória histórica não corresponde à simples preservação do passado, mas à produção contínua de sentidos socialmente compartilhados. Como demonstrado ao longo do texto, as narrativas produzidas tanto por professores quanto pela Inteligência Artificial articulam memórias, identidades, expectativas e projetos de futuro. Entretanto, enquanto alguns docentes mobilizam conscientemente a crítica historiográfica para problematizar tradições sedimentadas, a IA tende a operar segundo lógicas de adaptação narrativa, reconhecimento imediato e manutenção da interação com o usuário. Aproxima-se, assim, daquilo que Turin (2020) denomina “história como serviço”, modalidade de relação com o passado marcada pela circulação acelerada, pelo consumo e pela busca constante de engajamento.

As consequências desse processo tornam-se ainda mais relevantes na dimensão política da cultura histórica. Se antes as elites políticas e intelectuais disputavam a legitimação do passado sobretudo por meio da escola, dos museus, dos livros, dos monumentos e das instituições historiográficas, hoje tais disputas passam também pelas redes sociais, plataformas digitais e ferramentas de Inteligência Artificial. A aparente neutralidade técnica dessas tecnologias tende a conferir novos níveis de legitimidade e alcance a narrativas históricas já consolidadas socialmente. Mais do que simplesmente reproduzir interpretações tradicionais, a IA pode potencializar formas históricas de dominação, exclusão e silenciamento ao reorganizá-las sob linguagens fluidas, persuasivas e tecnologicamente legitimadas.

Nesse sentido, o problema central talvez não esteja apenas na existência da Inteligência Artificial, mas nas formas como os sujeitos se relacionam com ela. Ao tratar respostas algorítmicas como interpretações historicamente válidas e neutras, corre-se o risco de naturalizar memórias históricas seletivas, reforçar identidades excludentes e enfraquecer o desenvolvimento de consciências históricas críticas e reflexivas. Em vez de substituir a História enquanto ciência, a Inteligência Artificial parece tensionar ainda mais a necessidade de formação histórica crítica capaz de compreender não apenas os conteúdos narrados sobre o passado, mas também as formas contemporâneas de sua produção, circulação e consumo.

Referências

- BARCA, Isabel. O papel da Educação Histórica no desenvolvimento social. In: *Educação Histórica: teoria e pesquisa*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 21-48.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BENTIVOGLIO, Julio. Conversa sobre Teoria da História com o ChatGPT. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 316–335, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/75344>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2, p. 425-460.
- GUIMARÃES, Ana Rosa; PRÓCHNO, Caio. As principais características e atitudes do movimento romântico. *Letras et Ideias*, João Pessoa, PB, v. 1, n. 1, p. 66–85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/letraseideias/article/view/26432>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- MARTINS, Giovana Maria Carvalho; SANTOS, Anilton Diogo dos; SANTOS, João Augusto Martin Nantes dos (org.). *Independência do Brasil em aulas de História: perspectivas docentes e educação histórica*. Santo Ângelo: Editora Ilustração, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46550/978-65-6135-184-3>.
- MELLO, Janaína Cardoso de.; CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. A IA como agente interativo no Ensino de História da ditadura militar no Brasil. *Revista História em Curso*, v. 6, n. 10, Dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/historiaemcurso/article/view/35037/23091>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.
- RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III, formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, João Augusto Martin Nantes dos. Memórias e identidades românticas: traços de romantismo sobre a Independência do Brasil nas ideias históricas de professores brasileiros. In: MARTINS, Giovana Maria Carvalho; SANTOS, Anilton Diogo dos; SANTOS, João Augusto Martin Nantes dos (org.). *Independência do Brasil em aulas de História: perspectivas docentes e educação histórica*. Santo Ângelo: Editora Ilustração, 2025. p. 81-106.

SANTOS, Ricardo Russano dos. A criação do Brasil através do Romantismo. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais* (2238-3565), v. 7, n. 1, p. 88–98, 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História e ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. In: *Revista História da Educação*. Porto Alegre. v. 16 n. 37. Maio/agosto. 2012. p. 73- 91.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SCHWARCZ, Lilia. Romantismo tropical. A estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. n. 23, p. 109-127, 2000.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, p. 1-39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463325ef00120>.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, p. 12-28, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i2.4>.